

43º Encontro Anual da Anpocs

MR11 Conflitos e resistências em tempos críticos: antigas e novas ameaças aos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais

A produção da invisibilidade da questão agrária e da legitimação do agronegócio

Débora F. Lerrer

Introdução

O Brasil possui 850 milhões de hectares e é um dos países com mais alto índice de concentração fundiária do mundo. Dados preliminares do último Censo Agropecuário indicam que a concentração de terra aumentou nos últimos 10 anos. Agora, 1% dos proprietários de terra detém 47,5% do território brasileiro. No Censo anterior, de 2006, a marca já era alta, pois 45% do território estava nas mãos de 1% dos proprietários. Artigo recém-publicado e resultado do esforço de uma rede de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que processou e organizou de maneira inédita 18 bases de dados diferentes de terras públicas e privadas do Brasil, demonstra que a maior parte do território brasileiro é ocupado por 97 mil propriedades de mais de 15 módulos fiscais, que detêm 21,5% do território. Além disso, há, pelo menos, 176 milhões de hectares de terras públicas ilegalmente tomadas por proprietários particulares (Sparovek, et al.2019). Só o fato de um trabalho como este ser uma iniciativa inédita, que congregou 14 pesquisadores, indica a total falta de governança e planejamento da ocupação territorial do Brasil, fonte de inúmeros conflitos violentos e geralmente associado a desmatamento ilegal.

A estrutura fundiária brasileira não é apenas concentrada, ela é fruto de formas seletivas de alienação do patrimônio público fundiário, as chamadas terras devolutas, ainda não inteiramente discriminadas até a atualidade, através do modo como se reproduz a expansão econômica capitalista no país. Ou seja, entram nesta categoria pelo menos 176 milhões de hectares conforme o estudo citado acima.

Este processo de alienação tem favorecido sempre a concentração deste ativo na mão do grande capital e/ou membros da oligarquia (DELGADO, 2012), através de empresas de colonização, construtoras ou outras frentes pioneiras estimuladas por alguma expansão produtiva, como é o caso da soja. Este patrimônio público foi praticamente doado clientelisticamente – ou seja, em troca de favores para garantir apoio a um determinado conjunto de interesses - aos grupos “credenciados”, vistos como os “clientes preferenciais do Estado no projeto de expansão rodoviária e dilatação de fronteira econômica”, dada a sua especialização técnica, o que lhes garantiu sempre a obtenção de “fatias apreciáveis do mercado imobiliário que se abre com a emissão de novos títulos de propriedade”, que promovem os chamados “ganhos de fundador” (DELGADO, 2012, p.56).

Embora estas formas de alienação seletiva do ativo fundiário brasileiro sempre tenham ocorrido nas áreas de fronteira econômica e agrícola, proporcionada também por grandes obras ou oferta de financiamento público, nunca se criou por parte do Estado brasileiro qualquer mecanismo efetivo que favoreça a regulação e a distribuição de ativos fundiários de forma mais equitativa, beneficiando as populações pobres que geralmente vivem nestas regiões. Além da clara preferência pela entrega de terras a grupos econômica e politicamente dominantes, desde a promulgação da Lei de Terras de 1850, grandes extensões de terra foram alienadas mediante a pura fraude, através do expediente conhecido como “grilagem”, como é o caso, por exemplo, do Pontal do Paranapanema, em São Paulo¹ e de 27% da região Sul do Estado da Bahia, na região de Porto Seguro, para não falar das extensas áreas griladas e desmatadas na Amazônia recentemente, que causaram comoção internacional.

Estas fraudes sempre foram mais ou menos tolerados pelos estados, os entes federativos que de fato têm o domínio das chamadas terras “devolutas”, nome herdado do fato de que na época do domínio colonial português, se a sesmaria não fosse efetivamente cultivada e ocupada pelo proprietário, eram devolvidas à Coroa, que mantinha o domínio de todas as terras do território brasileiro, então em expansão. Em suma, os colonos luso-brasileiros tinham a posse, mas não o domínio das terras que ocupavam.

Foi a primeira Constituição republicana do país, promulgada em 1891, ao estabelecer que as terras públicas passariam a ser propriedade dos estados em que estavam situadas, e não da União, que aprofundou o domínio oligárquico no país, ao favorecer a ampla distribuição de domínios territoriais - que desde Cabral até a Independência pertenciam à Ordem de Cristo - aos coronéis e a seus “currais eleitorais”, dificultando ainda mais que a população pobre, que vivia nas terras como agregada ou posseira, ou seja, sem o título legal que a Lei de Terras exigia, conseguisse garantir-se nela de forma independente (ANDRADE, 2002), sujeitas, portanto a serem expulsas das terras que ocupavam pelos atores que o Estado brasileiro privilegia a cada surto de crescimento econômico.

¹ Região no Oeste do estado de São Paulo, onde, desde final dos anos 50, há uma decisão final da Justiça Estadual estabelecendo que mais de um milhão de hectares de suas terras são públicas. Em 2003, havia 52 ações judiciais por terras públicas no estado, 14 já julgadas em primeira instância e duas confirmadas pelo Tribunal de Justiça. Na década de 90 esta região foi um dos principal palco das lutas do MST e por ser um estado economicamente central como São Paulo recebeu grande atenção da mídia brasileira.

Apesar reprodução histórica deste padrão de acumulação baseado no monopólio fundiário, e mesmo sendo uma demanda popular esgrimida tanto pelo tenentismo no início do século 20, como mais recentemente pelo maior movimento social latino-americano, o MST, a reforma agrária sumiu da pauta política nos anos recentes. Como uma tentativa de tentar compreender este fenômeno, este artigo visa descrever, em linhas gerais, eventos vinculadas a duas narrativas: a dos grupos que, em tese, defendem a necessidade de se realizar uma reforma agrária, ou seja, a democratização do acesso à terra no Brasil, e a outra vinculada a grupo do que passou a ser denominado “agronegócio”, ou seja, a agricultura intensiva em capital e insumo, associada a grandes extensões de terra, e integrada a grandes agroindústrias, produto da “modernização conservadora” da agricultura brasileira desencadeada, sobretudo, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural após o Golpe de 64.

O objetivo é tentar descortinar os processos sociais que desembocaram na ascensão de um governo de extrema direita no Brasil, depois de mais de uma década de governos do Partido dos Trabalhadores, em tese vinculados a pautas progressistas e grandes aliados da luta pela reforma agrária até sua ascensão ao poder.

Esta hipótese se baseia no modelo explicativo desenvolvido por Barrington Moore Jr. sobre surgimento de governos fascistas em sociedade politicamente dominadas por senhores rurais e pode ser usado para explicar a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder no Brasil. Parte-se da hipótese que a falta de uma política ativa de redistribuição fundiária no Brasil favoreceu a manutenção da dinâmica que resultou no agravamento da concentração terras durante os anos governados pelo PT, fortalecendo ao mesmo tempo a “concertação política do agronegócio” (Ribeiro Neto, 2018), cujas pautas e demandas estão dando o tom das políticas agrícolas, ambiental e agrária no Brasil, processo que já havia se evidenciado claramente a partir de 2016, com o golpe que derrubou a Presidente Dilma Roussef e colocou seu vice, Michel Temer em seu lugar.

Tese de Ribeiro Neto (2018) acompanha a trajetória do que ele classifica como “concertação do agronegócio”, em sua definição, uma:

“composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura, de segmentos da indústria e de serviços conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Seu objetivo central é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e

pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental” (Ribeiro Neto, 2018:154).

Em seu trabalho, há um levantamento que demonstra que o termo “agronegócio” ganhou grande notoriedade pública no Brasil a partir dos anos 2000, com grande pico no ano de 2004 (Ribeiro, 2018, p.205), segundo ano da gestão Lula. Nas páginas dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, o termo “agronegócio” só começa a aparecer de fato a partir de 1995 (Ribeiro, 2018:188). No entanto, até o segundo ano da gestão Lula, este disputava enunciação no espaço público com o termo *agribusiness* e *agrobusiness*.

Guilherme Delgado não considera o termo “agronegócio” um conceito, define-o como um “pacto de economia política” entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado, que impõe cada vez mais uma “estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital para o conjunto da economia” (2012, p. 111). Ou seja, é fundamental para este pacto manter a fronteira agrícola aberta para seus interesses de acumulação, impedindo tanto a regularização das posses das populações indígenas e quilombolas, bem como das populações tradicionais que vivem nestes locais. Além, é claro de evitar mais unidades de conservação e qualquer espécie de reforma agrária distributiva. Entrevista concedida pelo Superintendente Técnico da CNA, Ricardo Cotta Ferreira, em 2008, contribuiu para esta pressuposição. Ao ser perguntado sobre qual era o “gargalo” do agronegócio, respondeu que o principal problema que o setor enfrentava era “a relativização do direito de propriedade no Brasil”, inibido em sua expansão não pela “reforma agrária” e sim por áreas quilombolas, indígenas e unidades de conservação², que também são formas de reformas fundiárias, visto que as populações destes territórios passam a ter a posse resguardada e legitimada pelo Estado.

Apoiada no trabalho de campo e em pesquisas bibliográficas desenvolvidas nos últimos anos, este artigo pretende traçar, em linhas gerais, o processo de legitimação do agronegócio e de silenciamento da questão agrária. O ponto de partida desta reflexão é uma frase de José de Souza Martins, em artigo de 2003, onde faz um balanço da política agrária do Governo Fernando Henrique Cardoso. Naquele primeiro ano da década em que o PT ocupou o governo federal, Martins não nutria grandes expectativas com

² Entrevista concedida em Brasília, 29 de julho de 2008, como parte do trabalho de campo desenvolvido para a pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, com apoio do CNPq, Faperj e da Fundação Ford e coordenada pelos pesquisadores Beatriz Heredia (UFRJ), Moacir Palmeira (MN/UFRJ) e Leonilde Medeiros e Sergio Pereira Leite do CPDA/UFRRJ.

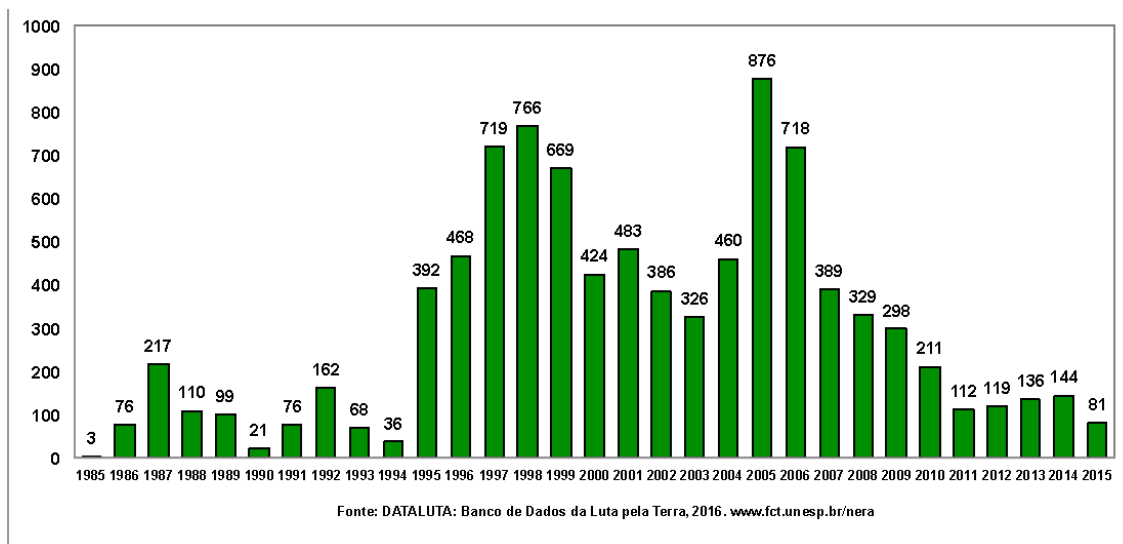
relação à resolução do problema agrário brasileiro sob governos petistas. Para ele: “o PT incorporou o tema da reforma agrária no elenco de seus assuntos, mas não o assimilou nem tentou compreendê-lo além do imediatismo partidário, como efetiva matéria de governo e de administração política das contradições sociais” (2003, p.145).

Mas a questão é que não é só o PT. Eliminando os que lidam diretamente com o mundo rural, seja por questões intelectuais ou profissionais, a maior parte da população brasileira tem uma memória ou silenciada, ou traumática desta questão. A ponto de nas últimas campanhas presidenciais, apenas um candidato, João Goulart Filho, que adotou o nome do pai - presidente deposto pelo Golpe empresarial-militar de 1964 - ter apresentado metas de criação de assentamento rurais para trabalhadores do campo. Nem Fernando Haddad, candidato do PT, nem Guilherme Boulos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), candidatos supostamente mais a esquerda do espectro político, apresentaram uma meta de reforma agrária clara³.

Os governos do PT não favoreceram a politização e o avanço do debate público sobre o monopólio fundiário e suas perversas formas de reprodução no país. Simplesmente marginalizaram este debate, ao construir a representação coletiva de que agronegócio e agricultura familiar poderiam, sim, conviver pacificamente num país com uma perversa história agrária, que sempre reforçou o monopólio fundiário, raramente criando mecanismos efetivos para que a maior parte de sua população pudesse desfrutar de seu território vasto de maneira mais igualitária e diversa. É importante frisar que este processo que se reforçou com a modernização conservadora da agricultura, foi implementado pelo Golpe Empresarial-Militar de 1964, vivido com uma “hecatombe social” pelas populações pobres que habitavam o meio rural (Fernandes, 1977). A ditadura civil-militar se instaurou bloqueando justamente um processo em que estas populações, geralmente “posseiras” ou “agregadas”, estavam, enfim, depois de séculos enredados em redes de parentelas e domínios clientelísticos, assumindo protagonismo político através de movimentos sociais vinculados às forças progressistas que iam se desenhando no cenário político: setores da Igreja católica, Ligas Camponesas, Partido Comunista do Brasil (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

³ Materias do site “De olho nos Ruralistas”, feitas no período das eleições de 2018 atestam isso: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/25/joao-goulart-filho-e-unico-candidato-a-apresentar-meta-no-numero-de-assentados-pela-reforma-agraria/> e <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/05/planos-de-governo-evidenciam-visoes-opostas-sobre-questao-agraria/>. De olho nos ruralistas, acessado 12/09/2019.

Este trabalho, de certo modo, dá seguimentos às reflexões suscitadas durante a elaboração do livro “Reforma agrária: os caminhos do impasse”, publicado em 2003, e composto de entrevistas com atores-chave sobre esta temática na época, como o então presidente do Incra, Rolf Hackbact, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o líder do MST, João Pedro Stédile e o presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Almeida Sampaio, além de diversos pesquisadores. O livro abordava o contexto em que se iniciava a presença do PT na esfera federal, sendo que os rumos da política agrária e agrícola a serem tomados ainda estavam em aberto. É interessante observar que a polifonia dos depoimentos presentes no livro não indicava que seria efetivado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), elaborado naquele período por uma equipe chefiada por Plínio de Arruda Sampaio, um dos entrevistados. Foi no meio da elaboração do livro que Marcelo Rezende, presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), indicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e apoiado por Sampaio, foi exonerado, sendo substituído por um antigo assessor da Secretaria Agrária do PT, Rolf Hackbat. Apesar desta crise, era difícil, para muitos imaginar, na época, que o Governo Lula não realizaria uma massiva e abrangente reforma agrária. E esta era a percepção popular. Um dirigente do MST, Juraci Portes, em palestra na Semana Acadêmica do CPDA, realizada em 2004, afirmou que logo após a eleição de Lula, o Movimento não precisava se dar ao trabalho de chamar pessoas para formarem acampamentos. As famílias afluíam voluntariamente, com expectativa de que a terra sairia rápido. De fato, até 2006, houve acampamentos que, em menos de dois anos, conquistaram terra, como foi o caso do “Francisco Julião”, no Estado do Rio de Janeiro (Bastos, 2014). No entanto, a partir de 2007, segundo mandato de Lula, a criação de assentamentos rurais começou a decrescer drasticamente, como vemos no gráfico abaixo. Se em 2005, foram criados 876 assentamentos, a maior concentração de assentamentos criados desde 1985, em 2006, foram um pouco menos: 718 assentamentos. Já em 2007, primeiro ano do governo em que o PT fez aliança com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), caiu para a metade: só foram realizados 389 projetos de assentamento. A partir daí, a formação de assentamentos só diminuiu, sobretudo no Governo de Dilma Rouseff, iniciado em 2011.



Ascensão e queda da reforma agrária no imaginário social

Durante a primeira Marcha a Brasília, em 1997, um ano após o Massacre de Eldorado do Carajás e um pouco antes do encontro das três colunas de sem-terras em Brasília, que vinham marchando de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, evento coroadado com o lançamento do livro do fotógrafo Sebastião Salgado, com Chico Buarque e José Saramago sobre o MST, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) encomendou ao Ibope uma pesquisa publicada na Revista Veja⁴, cujos dados hoje parecem surpreendentes: 94% das pessoas concordavam que o MST devia lutar por reforma agrária e 88%, que o governo deveria confiscar todas as terras improdutivas e distribuí-las aos sem-terra. Além disso, 77% dos entrevistados achavam invasão de terra “um instrumento de luta importante, desde que não haja violência e morte”.

Lula assumiu o poder em 2003 e, em 2005, como pesquisadora, acompanhei a Marcha dos 12 mil sem-terra que saiu de Goiânia rumo a Brasília. Foi uma experiência muito impactante, tanto por assistir e compartilhar da enorme capacidade organizativa que o MST havia desenvolvido nos últimos anos, como em constatar como ele tinha um grau de organização sofisticada, dificilmente encontrado em outro movimento social,

⁴ A sondagem foi feita entre 6 e 10 de março de 1997 e entrevistou mais de 2000 pessoas em todas as capitais do país. Os dados dessa pesquisa foram publicados no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, na edição de abril/maio de 1997 (p.14) e divulgados amplamente pela mídia a ponto de serem referenciados em uma cronologia publicada na revista *Veja*. http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/cronologia.html. Consultado 25 de abril de 2016.

por ser capaz de organizar uma experiência humana daquele porte⁵, até então a maior marcha política feita até então história, sendo superada dois anos depois por uma marcha de camponeses sem-terra indianos que colocou 25 mil pessoas para marchar até Nova Delhi (Carter, 2010).

A monumental marcha do MST foi recebida em Brasília, conversou com todos os poderes, como na marcha de 1997, inclusive com o presidente Lula. Mas desta vez o MST não recebeu atenção lisonjeira da grande imprensa, que se concentrou em denunciar que verbas públicas haviam sido doadas por políticos para a marcha como o governador de Goiás, Marco Antonio Perillo, que era PSDB, ou estampar a manchete de seu jornal sobre o conflito que ocorreu com a PM de Brasília durante o último dia da marcha, na frente do Congresso Nacional, que só não foi pior porque o MST soube controlar a multidão de sem-terras para não caírem na provocação da polícia militar.

Uma das suas principais demandas da Marcha a Brasília para acelerar a reforma agrária era a revisão do índice de produtividade de 1975 que, no entanto, esbarrou em um personagem poderoso, que havia acabado de entrar no círculo próximo do poder durante o Governo Lula e que, experiente na condução várias das iniciativas do patronato rural agrícola, colocou o MST e reforma agrária “no bolso” já naquele primeiro governo do PT: Roberto Rodrigues.

Como o PT tinha efetivamente muita proximidade com os movimentos sociais do campo, seu governo optou por divulgar e dar mais recursos para a agricultura familiar ao invés de divulgar os ganhos sociais da reforma agrária, como comprovava uma pesquisa publicada em 2004 sobre impactos dos assentamentos rurais, comprovava (Leite, Heredia et al, 2004). Seu Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) produziu “Feiras da Agricultura Familiar”, em Brasília e Rio de Janeiro, eventos que além de trazer produtores familiares de várias regiões do país com seus produtos típicos, também tinham shows gratuitos de artistas brasileiros famosos, como Gilberto Gil. Estas feiras efetivamente divulgaram o termo “agricultura familiar” pelos grandes centros urbanos onde foi realizada. Também foi iniciativa do governo produzir um Censo Agropecuário com questões mais adequadas para mensurar o impacto da

⁵ Todos os dias da marcha, o MST promovia uma ocupação massiva de uma propriedade rural na estrada que liga Goiânia a Brasília. Cada equipe do MST era responsável por uma “tarefa”. Logo, tinha equipe de cozinha, de saúde, de montagem e desmontagem de barracos, de “ocupações”, de transportar os banheiros químicos, de transportar as bagagens dos acampados, da “ciranda”, nome dado para a creche ambulante que acompanhava a marcha, de limpar a área pós-ocupação deixando-a intacta, para espanto dos proprietários surpreendidos pela ousadia deste movimento social cortar suas cercas e deixar a área intacta após tamanha “invasão” de sua propriedade “particular”.

agricultura familiar no país, até então estatisticamente subdimensionado nestes levantamentos periódicos produzidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em uma das visitas a uma das Feiras da Agricultura familiar, realizada no Rio de Janeiro, encontrei um dos dirigentes do MST que me transmitiu a ideia de que, sim, não era o governo que sonhavam, mas esta divulgação da agricultura familiar e o apoio ao Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) eram seus pontos fortes.

De fato, até 2010, 76% de todos beneficiados pelo Pronera tiveram acesso à instrução formal em cursos de instituições públicas, voltados exclusivamente para atender estudantes vinculado a movimentos sociais do campo durante os dois Governos Lula. Entre estes beneficiados, cerca de 2951 assentados e militantes de movimentos sociais do campo tiveram acesso a 20 diferentes cursos superiores e de especialização, realizados em 21 estados da federação. Já o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) teve um grande aumento de recursos: de 3,3 bilhões em 1999/ 2000 passou, em 2006/2007, a ter R\$ 10 bilhões disponibilizado para financiamento de agricultores com propriedade com até quatro módulos rurais. No entanto, ao mesmo tempo em que aumentava o recurso, os governos petistas foram dissociando a luta pela reforma agrária destas conquistas históricas dos movimentos sociais do campo, tributárias da grande visibilidade pública que esta luta obteve na década de 1990.

O Pronera foi criado em 1998, e segundo o dirigente do MST, que implantou do setor de Educação, ele é produto do “calor da Marcha de 1997”, citada anteriormente, quando este movimento social desfrutava de grande popularidade junto à população em geral. Já o Pronaf foi lançado em junho de 1996, alguns meses depois do massacre de Eldorado do Carajás, no entanto, em sua hagiografia, de 2005, assim como em artigos de vários pesquisadores, o Pronaf, com este nome, aparece como tendo sido criado em 1995. Ou seja, ao invés de ter sido uma resposta do governo, pressionado publicamente por vários movimentos sociais do campo, que também promoviam ocupações de terra, ele é colocado, como tendo sido implementado em 1995. Entretanto, antes de surgir o Pronaf, o que o Governo Itamar Franco havia criado era o Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap), atendendo às demandas dos movimentos sociais do campo como o MST, Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), DNTR/CUT (Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT), Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento dos Atingidos por Barragens, Conselho Nacional de

Seringueiros, Movimento Nacional dos Pescadores) que se mobilizaram conjuntamente no “Grito da Terra” ocorrido nos dias 9 e 13 de maio de 1994. Em 1995, houve o II Grito da Terra, de 5 a 9 de junho, reunindo novamente diversos movimentos sociais do campo que exigiam, entre outras pautas, crédito diferenciado para a pequena produção familiar e para os assentados da reforma agrária. Durante estes dias, houve ocupações do Incra e de terras em todo o país, promovidas pelo MST, que se articulava nacionalmente e ganhava manchetes de jornais. O Pronaf propriamente dito, ou seja, com este nome, não foi criado em 1995. Ele foi institucionalizado pelo Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, cerca de dois meses depois do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril, cujas imagens iniciais registradas por uma equipe de TV se espalharam pelo mundo, causando comoção internacional e originando como resposta a primeira marcha nacional do MST, realizada em 1997.

Na hagiografia do programa, elaborada por Valter Bianchini, “Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015 – Avanços e Desafios”, publicada pelo próprio MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), embora seu autor cite que o decreto do Pronaf propriamente dito seja de junho de 1996, ele acaba chamando com este nome o que era conhecido como Provap, os recursos liberados para a safra de 1995-1996 que permitiram apenas 33.227 operações de crédito, totalizando um total de R\$ 89 milhões, dos quais 25.216 se destinaram para a região sul, para agricultores integrados na cadeia do fumo (Bianchini, p.26). Ele argumenta que dois documentos iniciais marcariam a criação do Pronaf em 1995: o sobre o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Planaf) e uma resolução do Banco Central, de agosto de 1995, que institui a linha de crédito do que ele em seu texto chama de Pronaf. “Estes documentos oferecem elementos para caracterizar a agricultura familiar como um público diferenciado e propõem linhas de crédito diferenciadas para a reestruturação produtiva da agricultura familiar” (BIANCHINI, 2015, p.25). Bianchini chega a citar os “Gritos da Terra Brasil”, de 1994 e 1995, como sendo um antecedente da criação do Pronaf, mas atribui a autoria das mobilizações “às organizações da agricultura familiar”, incluindo entre elas o MST, mas excluindo sua bandeira histórica, que também compunha a pauta do Grito da Terra: reforma agrária. É interessante observar que uma reforma agrária nada mais é do que uma política pública, mas que, neste caso viabiliza não só que populações pobres do campo se tornem “agricultores familiares”, como viabiliza a que os que já são, possam se reproduzir socialmente dado ao peculiar e altamente valorizado mercado de terras do Brasil (DELGADO, 2012).

Uma hipótese deste artigo é que a política de silêncio sobre a reforma agrária se intensifica, a meu ver, porque a expressão “reforma agrária” deixa de ser enunciada no espaço público pelo governo federal, que não cria nenhuma iniciativa para valorizar esta política e, ao mesmo tempo, a partir de 2007, diminui drasticamente a criação de assentamentos, como vimos no gráfico anterior. Sem distribuição de terra, com acampamentos com duração de até 10 anos, obviamente os interessados em obter terra são desestimulados. A “espiral de assentamentos”, conceituada por Loera (2006), é sim uma dinâmica que incentivava os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária a aumentar sua base social, através das redes de parentelas e vizinhança dos recém-assentados. Importante saber que o público da reforma agrária é constituído por pessoas que geralmente vivem de ‘biscates’ e trabalhos temporários, portanto, a existência de empregos na construção civil e mesmo o Bolsa Família não significa o abandono do projeto de “ter um lote” para si e a família, se a terra “sai” com relativa rapidez.

A meu ver, o momento que expressou de forma contundente a falta de unidade política dos movimentos sociais do campo no país ocorreu num seminário organizado pela ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), com apoio da Presidência da República, logo que Dilma foi reeleita em 2014, que contou até com religiosos que participaram da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nos tempos da consigna “terra de trabalho, terra de negócio”, em fins da década de 70, quando esta entidade conseguiu se organizar para levar uma liderança guarani, Marçal de Souza, para se encontrar o para João Paulo I e fazê-lo falar da importância de se realizar uma reforma agrária no Brasil.

O Seminário Questão Agrária e Desigualdade, promovido pelo Secretaria da Presidência da República, CNBB e ABRA, reuniu representantes de diversos movimentos sociais do campo, que dois anos antes haviam organizado um encontro unitário entre 20 e 22 de agosto de 2012, em Brasília, até então sem frutos políticos expressivos. Uma liderança da Contag, que participou de uma mesa do seminário foi bem franca, ao apontar a dificuldade que tinham de colocar de lado os interesses particulares de suas organizações para pensar em algo em conjunto. A maioria das lideranças presentes falava de temas díspares, revelando preocupações diversas: agroecologia, alternativas produtivas, riscos que enfrentavam em suas regiões. Pouco se pensou coletivamente sobre uma alternativa de luta para mudar o panorama do combate à desigualdade social no Brasil, através da questão agrária.

Durante estes encontro, no entanto, uma pesquisadora do IPEA, Brancolina Ferreira, informou a todos que ia iniciar-se um processo de titulação dos assentamentos de reforma agrária que, segundo estudo, poderia fazer retornar 80 milhões de hectares para o mercado de terras. Seu dado, no entanto, não parecia sensibilizar nenhum dos presentes a ponto de ela pedir a palavra no auditório, no final do seminário, para falar do grande perigo que se anunciava para a reforma agrária.

A titulação de assentamentos foi uma política que se consolidou com a ascensão de Michel Temer à presidência da República, gestão que inaugurou a prática do “titulômetro” nas superintendências estaduais do Incra. Ou seja, uma corrida dos servidores para titular as terras destinadas aos assentados da reforma agrária. No artigo do IPEA, “O trabalho de sísifo da reforma agrária: a estratégia da titulação das terras dos assentamentos rurais na Lei 13.001, de 2014”, os autores chamam atenção que a referida lei foi feita com participação da então senadora Katia Abreu, na época presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que introduziu um mecanismo que facilitava a titulação das terras dos assentamentos rurais que obteriam, também através desta lei, a remissão de suas dívidas para com o Estado. O artigo avaliava que, em curto prazo, esta lei deveria lançar grandes extensões de terras públicas federais no mercado de terras, pois cerca de 84% de toda a área destinada à reforma agrária nos últimos 20 anos passaria a poder ser titulada e, portanto, voltar a ser reconcentrada, apesar dos mecanismos que, em tese, impediriam na época que a primeira venda do lote depois de 10 anos seja para alguém que tenha muita terra em suas imediações.

Ou seja, já em 2014, antes do Golpe, na forma de impeachment sofrido por Dilma Rousseff, seu governo sancionou a Lei no 13.001/2014, à luz da qual era, na palavra dos autores, “possível sustentar que ela põe em curso uma estratégia de titulação das terras da reforma agrária, deflagrando um processo que poderá, presumivelmente, ensejar um novo ciclo de concentração” (FERRIRA et.al, 2014⁶). Os autores explicam

⁶ Produto da conversão da Medida Provisória 636/2013, na Lei no 13.001, de 20 de junho, esta legislação estabelece “um rol de parâmetros que fixa condições de liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e autoriza, em casos específicos, a remissão das dívidas. Entre outras disposições, a lei estende aos assentados que receberam créditos para a construção de suas casas – os chamados créditos de habitação, que incluem créditos para aquisição de material de construção e reforma de moradia – as mesmas condições de quitação praticadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural e autoriza, em favor dos assentados no período de 10 de outubro de 1985 a 27 de dezembro de 2013, a anistia das dívidas relativas aos chamados créditos de instalação, cujo valor por beneficiário não ultrapasse R\$ 10 mil. Estes créditos – concedidos sob as linhas de *apoio à instalação, fomento* e outras mais – tocam a estruturação preliminar de suas atividades na fase inicial de um projeto de assentamento.

que a primeira menção à titulação na lei, contida em seu Artigo 2º, atesta que “a propriedade da habitação construída com os créditos da política de reforma agrária somente será transmitida à família assentada no ato de transferência da titularidade do lote” (Ibid.). Segundo os autores, houve controvérsias entre os parlamentares sobre isso, porque ao interpor esta exigência instituíam-se “uma relação de dependência entre dois direitos juridicamente dissociados, condicionando o direito real sobre a moradia, cujos créditos já foram quitados, ao pagamento pela terra em que ela se situa”. Segundo eles, subordinar o direito à moradia a partir da titulação da terra, desestimulava a possibilidade de requererem Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), forma de posse da terra regulada pelo Estado que evita a privatização e reconcentração da terra que já fora objeto da política de reforma agrária, pois o domínio da terra permanece sendo da União, como era no período colonial.

Ao invés de fortalecer o domínio da União sobre seus recursos naturais, o governo do PT sancionou uma lei que permite que todos os assentados de reforma agrária, após o prazo de 10 anos de entrada na terra, possam obter, “por via onerosa – com a perspectiva de contar com descontos e outras vantagens para o pagamento – o título de domínio”, para ter reconhecimento legal do direito sobre sua habitação. Em suma, um mecanismo que favorece que todo este território reformado, pelo qual o Estado já despendeu recursos financeiros consideráveis, volte ao mercado de terras.

A entronização do agronegócio

Enquanto os movimentos sociais do campo, cientes de perigos que rodeavam a política de reforma agrária no Brasil, em 2014, não esboçaram qualquer articulação de unidade e promoção de campanha política, a “concertação do agronegócio”, que se sentiu bastante acuada nos anos 90, dada a popularidade da reforma agrária, a perda de

A Lei no 13.001/2014 também institui alternativas de liquidação e negociação de outras dívidas, relativas não apenas aos assentados, mas também a pequenos e médios produtores rurais. No entanto, introduz importantes instruções referentes ao estatuto jurídico dos lotes de reforma agrária e à condição dos assentados em relação às suas terras. Além disso, ainda que, como se verá adiante, a lei beneficie, com alienação gratuita do lote, famílias assentadas em áreas de até 1 módulo fiscal (MF) em projetos criados em terras públicas federais, a própria subordinação do direito à moradia à transferência, onerosa ou não onerosa, de titularidade do lote deve operar como um fator de incentivo, ou antes de constrangimento, à adesão dos assentados à titulação, tornando inócuo o “direito” que a Lei no 13.001/2014 lhe facultava de optar pela concessão de direito real de uso (CDRU) em lugar do título de domínio (Brasil, 1993, Artigo 18, parágrafo 4o). Segundo os autores, “a tendência da lei, exige a titularidade da terra como condição de efetivação do direito à moradia. Emulando o mesmo princípio do Programa Terra Legal que favorece uma acelerada titulação do patrimônio fundiário da União”.

políticas públicas de apoio e da queda da rentabilidade de suas exportações, foi construindo uma unidade política a partir da liderança de Roberto Rodrigues, que se consubstanciou na palavra “agronegócio” e na criação do Rural Brasil em 2002. Neste que foi o ano das eleições presidenciais que levaram Lula ao poder, esta liderança do patronato rural, então Presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusines), havia logrado constituir um espaço de concertação política chamado oficialmente de Conselho Superior de Agricultura e Pecuária no Brasil, que contaria com a participação da OCB, SRB, ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), do CNC (Conselho Nacional do Café) e da UBA (União Brasileira de Avicultura) (*Agronalysis*, outubro, 2002, p. 66). O conselho, que ficou conhecido como Rural Brasil, foi instituído em 14 de agosto de 2002, sob a liderança da CNA e funcionaria em sua sede. Em artigo que publicou na Revista *Agroanalysis* para anunciar a criação desta entidade unificadora, Rodrigues, que cerca de um ano depois foi convidado a ser ministro da agricultura do Governo Lula, justificava esta ação, por afirmar que o “agribusiness” não podia ser “desrespeitado por governantes nem pelos demais setores da economia e seu peso político deveria ser proporcional ao peso sócio-econômico”. Para ele, sua fraqueza política tinha “razões históricas, determinadas pelo próprio paternalismo estatal do passado, que fez florescer ou fenecer diferentes elos das cadeias produtivas, ao sabor de interesses pessoais, ou até mesmo conjunturais, de governos de plantão”. Naquele cenário de instabilidade econômica, o setor, alertava ele, corria o risco de ser mais penalizado do que outros “por preconceito eventual dos novos governantes, porque está bem posicionado na economia, apesar dos custos terríveis do ajuste no passado, ou por ideologia” (*Agronalysis*, outubro, 2002, p. 66).

Cerca de 14 anos depois deste artigo de Rodrigues, a acusação que motivou a abertura do impeachment da presidente Dilma Roussef, no ano de 2016, envolvia uma chamada “pedalada fiscal”⁷ para cobrir o Plano Safra de 2015, política pública chave do pacto do agronegócio. No entanto, os representantes legislativos dos principais beneficiários desta política não se sentiram instados a apoiar Dilma quando surgiu o processo de impeachment. Matéria publicada na coluna de Sonia Racy, no jornal *Estado de São Paulo*⁸, sobre a comemoração dos 97 anos da Sociedade Rural Brasileira (SBS) descreve a forma como o patronato rural apoiou o impeachment. O então presidente da

⁷Atraso de repasses a bancos públicos responsáveis por pagamentos de programas de governo, como o Plano Safra.

⁸Racy, Sonia. “Coluna Sonia Racy”, jornal *O Estado de São Paulo*, 15 de junho de 2016, p. C-2.

SRB, Gustavo Junqueira, afirmou em seu discurso na festividade que “a atuação do agro foi fundamental” para o afastamento da Presidente da República, decisão que teriam tomado já em 2014, depois do discurso “inspirador” de Rubens Ometto⁹, em um evento em Nova Iorque. A matéria também descreve que a Frente Parlamentar Agropecuária garantiu 87 dos 92 votos do bloco em favor do impeachment.

Tese recentemente defendida de Mariana Gameiro (2017), demonstra a estreita vinculação de Rodrigues como setor sucro-alcóoleiro. Plantador de cana-de-açúcar, foi um importante mediador da violenta greve de Guariba (1984), município onde tem fazenda, provocada por mudanças no corte de cana. Foi ele quem persuadiu os usineiros a voltarem atrás (Gameiro, 2017, p.113). Durante sua gestão como ministro, Rodrigues teve um papel importante na defesa da agroenergia e, portanto, dos interesses do etanol, cuja tentativa de internacionalização, com a criação de novos mercados, teve no presidente Lula um grande garoto-propaganda. No governo Dilma, o setor sentiu-se prejudicado pela inflexão de algumas políticas, motivadas até pela descoberta do Pré-Sal. Mas ele seguiu, como presidente do Centro de Agronegócios (GV Agro) da Escola de Economia de São Paulo, FGV, “atuando como especialista e promotor do agronegócio, fortemente associando seu nome ao debate sobre agroenergia e etanol” (Gameiro, 2017,p.114).

É paradoxal que um grupo que recebia grandes benesses do governo petista apoie sua deposição, principalmente se recordarmos como a década de 1990 representou uma enorme crise para o “agro”, tendo inclusive acarretado uma inédita queda do preço da terra no país, com certa contribuição nada desprezível dos movimentos sociais agrários que promoviam centenas de ocupações de terra e conseguiam obter sua desapropriação para fins sociais. Claro que a queda do preço da terra teve como principal determinante a crise que o setor agropecuário enfrentava, devido à paridade cambial, baixa demanda de *commodities*, escassez de crédito rural e desmonte dos instrumentos de política agrícola que vigoravam no país até então. Mas é inegável que a atmosfera pró-reforma

⁹ Usineiro de família tradicional do interior de São Paulo. Dono da Cosan, uma das maiores usinas de álcool do mundo e um dos fundadores da Associação Brasileira de Indústria da Cana (UNICA). Hoje tem negócios diversificados e inclusive uma *joint-venture* com uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, a Shell, tendo adquirido, por exemplo, o controle da Comgás em 2012, empresa distribuidora de gás de São Paulo, considerada a maior do país. Segundo a tese de Gameiro (2017), Dilma mudou significativamente a política que o governo federal, sob Lula, havia direcionado para a promoção nacional e internacional do etanol, o que desagradou claramente este segmento da elite rural brasileira. Sua tese lança luz sobre o peso político dos representantes deste segmento nas articulações políticas que envolvem o patronato rural brasileiro. O próprio Roberto Rodrigues se lançou na carreira de liderança do patronato rural brasileiro, como representante do setor dos plantadores de cana.

agrária, que de certo modo sancionava a ação dos movimentos sociais do campo, contribuiu para tal resultado. Ou seja, a atividade agropecuária já enfrentava uma crise econômica por conta do fato de ter sido a “âncora verde” da estabilização monetária do Plano Real, mas na medida em que os movimentos sociais ocupavam fisicamente as propriedades rurais e obtinham sua desapropriação por interesse social, contribuía para baixar ainda mais o preço da terra. Quando se esperava que esta política agrária iria se aprofundar, com a ascensão do PT ao poder, ela torna-se paradoxalmente “ostensivamente pró-agronegócio do ponto de vista do Executivo Federal”, como escreve Delgado:

O controle da “função social” da terra previsto constitucionalmente tornou-se cada vez mais frouxo, sob condições de refluxo do movimento social e ostensiva operação de grilagem de terras públicas, de que nos dá conta mais recentemente a legalização destes processos mediante a MP nº458/2008, que autoriza a entrega de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal a ocupantes e prováveis grileiros (DELGADO 2012, p.101).

A Medida Provisória, mencionada por Delgado, refere-se ao programa que ficou conhecido como “Terra Legal”, lançado em 2009, e que já em 2014 teve sua implementação auditada e questionada pelo Tribunal e Contas da União (TCU), dada a quantidade de irregularidades encontradas. O TCU aponta que, além das grandes extensões de terra vendidas abaixo de preços de mercado, legalização de posses para donos de outras propriedades, servidores públicos e pessoas que claramente não tinham a agropecuária como atividade principal, o programa, favoreceu o crescimento da grande propriedade na Amazônia, que já havia crescido de maneira assombrosa entre 2003 e 2010, representando 77% das terras da Rondonia, um aumento de mais de 100% em relação a 2003, quando a grande propriedade ocupava 31% do território deste estado. É provável que nem toda esta extensão de terra fosse regularizada e titulada, mas graças ao programa Terra Legal teve suas posses oficializadas. Enquanto isso, embora tenha aumentado um pouco o número de proprietários de minifúndios e pequenas propriedades, sua área diminuiu proporcionalmente em relação ao total do território da Rondônia (TEIXEIRA apud FRANCISCO, 2018, p.87).

Toda esta prática que este autor chama de “frouxidão da política agrária” criou as bases para o crescimento e fortalecimento político de forças conservadoras que, até então, tinham que se aliar com um dos novos partidos frutos da redemocratização, PSDB ou PT, para ter acesso a alguma fatia de poder e de recursos para distribuir favores. Esta atmosfera política viabilizou inclusive que a chamada Bancada Ruralista do Congresso tivesse sucesso ao propor a mudança do Código Florestal, vigente desde

1965, justamente quando o Governo Federal tinha determinado políticas que o tornariam mais efetivo, como proibir financiamento do Banco do Brasil para produtores que tivessem passivos ambientais¹⁰.

Segundo Ribeiro Neto, foi quando Roberto Rodrigues chefiava o MAPA que se iniciou uma articulação maior deste ministério com a Bancada Ruralista. Segundo ele, com o convite de Lula, “o planejamento estratégico da concertação, erigido no 1º Congresso da Abag, realizado em 2002, recebia a oportunidade de implementação”.

..a Bancada Ruralista trabalhou de maneira muito bem articulada com o ministro, auxiliando-o em iniciativas como a retomada do controle da Embrapa, a criação de títulos do agronegócio e a aprovação da Lei de Biossegurança. Além destes temas, a atuação parlamentar da frente contra a reforma agrária e os movimentos sociais durante o governo Lula vinha ao encontro do tema agrário da concertação.” (ABAG 2002^a)(Ribeiro Neto, 2018, p.268).

O processo de silenciamento e, portanto, de marginalização da reforma agrária nos governos petistas começou já no primeiro, com a ascensão de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura, grande propagandista do termo “agronegócio” (Ribeiro Neto, 2018). Quando Roberto Rodrigues foi convidado para ser o titular do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA) da primeira gestão de Luís Inácio Lula da Silva na presidência, este engenheiro agrônomo, professor universitário da UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Jaboticabal e produtor rural em Guariba (SP) e Balsas (MA) já tinha passado pela presidência de importantes organizações do patronato rural brasileiro. Foi presidente da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), de 1986 a 1991, secretário-executivo da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), articulação deste setor que se organizou para influir na Constituinte de 1988, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), um dos fundadores da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness), em 1993, e presidente eleito para a mesma em 1999, tendo ocupado também o cargo de Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo nos dois anos finais do Governo de Luis Antonio Fleury Filho (PMDB), em 1993 e 1994. Além disso, participou de diversos conselhos de instituições, muitas delas públicas e acadêmicas como a Embrapa e o PENSA - Centro de Conhecimento em Agronegócio, vinculado à USP (Universidade de São Paulo). Sua

¹⁰ Importante recordar que foi justamente Aldo Rebelo, deputado federal eleito pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) que elaborou relatório subsidiando a bancada ruralista para esta reforma.

indicação era “da cota de Lula”¹¹, mas não atendia a alianças partidárias, pois Rodrigues não era filiado a nenhum partido político¹².

De qualquer modo, segundo Ribeiro Neto, é a criação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), em 2011, que fez com que os contatos da bancada com entidades do patronato rural e com empresas passaria paulatinamente a adquirir maior colegialidade, institucionalidade, sistematicidade e caráter estratégico (Ribeiro Neto, p.268 e 269) Foi através do IPA que eles se articularam para mudar o Código Florestal em 2012, que liberou a necessidade de restauração de aproximadamente 40 milhões de hectares desmatados ilegalmente. Mais recentemente, segundo o autor, “houve um empobrecimento das pautas da concertação, materializado, em sua nova ênfase nas disputas fundiárias, em especial a contestação das áreas protegidas” (Ibid,p. 269), alvo que a CNA já havia desenhado em 2008. Embora hoje o IPA tenha grande participação de corporações com funções a jusante e a montante, seu conselho consultivo tem maior participação de entidades agropecuárias. (p. 290), tendo como porta-vozes os membros da Bancada Ruralista.

Logo que Temer assumiu, segundo Ribeiro Neto, este grupo apresentou a ele o documento “Pauta Positiva”, visando o Biênio 2016-2017(p.291). Sua estratégia atualmente se concentra em liberar venda de terras a estrangeiros e atacar as demarcações de áreas indígenas. E com a eleição de Jair Bolsonaro, chegaram ao poder, como o próprio presidente afirmou em café da manhã com a Frente Parlamentar Agropecuária¹³ em 4 de julho de 2019: “esse governo é de vocês”.

Os tempos nem sempre foram de unidade para a turma dos ruralistas. Seu pior momento foi, sem dúvida, durante a década de 90, quando escassearam os mecanismos de política agrícola que os fortaleceram durante a ditadura militar, cortaram-se créditos e até o preço da terra caiu. Os canavieiros de São Paulo, por exemplo, enfrentavam várias lutas contra a queima da cana, que reunia uma rede de atores que incluía ambientalistas, movimentos sociais e Ministério Público (Andrade Junior, 2016).

¹¹ Sua indicação pode ter sido influenciada pelo ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci que coordenou a campanha que elegeu Lula em 2002.

¹² Roberto consolida uma trajetória de ascensão econômica e política iniciada pelo pai Roberto, Antonio Rodrigues Filho, que foi secretário da Agricultura dos governos de Ademar de Barros (1963-1966) e Laudo Natel (1971-1975), em São Paulo. Estes último, indicado pelos militares, do qual foi também vice-governador em sua segunda gestão.

¹³ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>. Consultado em 14 de agosto de 2019.

É por esta razão que torna-se emblemático compreender a visão de Luiz Haffers, então presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade que representa o patronato rural paulista mais tradicional, sobre os desafios políticos que enfrentavam em 1997, ano da primeira Marcha Nacional do MST, revelado em uma entrevista para a revista *Agroanalysis*¹⁴. Para Hafers, eles tinham que enfrentar a “imagem antiga” que a cidade lhes imputava. Considerava absolutamente necessário que a reformulassem:

Num sistema democrático, o juiz final de todas as ações é a opinião pública, que por sua vez pressiona o Legislativo, que pressiona o Executivo. No governo totalitário tínhamos um atalho que era conhecer o ministro. Isso hoje não funciona mais.” (*Agroanalysis*, fevereiro, 1998, p. 3)

Por esta razão, sugere:

Precisamos de todo um trabalho de convencimento da opinião pública. As nossas relações com a imprensa são ruins. A imprensa ainda acha que o fazendeiro e o médio agricultor são latifundiários reacionários”. (*Agroanalysis*, fevereiro, 1998, p. 3)

Luiz Hafers, que na presidência SRB abriu o diálogo da entidade com o PT (Partido dos Trabalhadores), arremata: “Nós agricultores terminamos o ano que passou com uma imagem menos ruim, e o MST com uma imagem menos benéfica.” (*Agroanalysis*, fevereiro, 1998, p. 5), referindo-se ao ano de 1997

Quando assumiu a Abag, em 1999, Rodrigues também deu especial destaque para “a questão da imagem” do setor e apresentou o seguinte diagnóstico da questão:

“...a população em geral, especialmente a urbana, sabe muito pouco sobre a agricultura. E tem um conceito distorcido sobre o agronegócio. Para o consumidor, o agricultor é um profissional despreparado. Não está clara a ideia da cadeia produtiva, que começa na prancheta do pesquisador científico e acaba na gôndola do supermercado, fazendo do consumidor um verdadeiro parceiro do produtor, mas este conceito não existe na cabeça brasileira” (*Agroanalysis*, abril 1999, p. 4)

Rodrigues chega a mencionar a intenção de publicar um livro, com apoio da Lei Rouanet, contando a história do Brasil “sob a ótica do agronegócio”, segundo ele, “a verdadeira história do Brasil”, com o objetivo de “mostrar que a agricultura é a base do processo de desenvolvimento e que todos os setores dependem dela”. Sua intenção era divulgar para a população uma “visão sistêmica do agronegócio brasileiro”, ou seja, “uma calça jeans é feita de algodão, que um sapato só existe porque tem boi andando no

¹⁴ Segundo o ex-presidente do Incra, Josá Gomes da Silva, os proprietários paulistas detinham duas vezes e meia o tamanho o Estado de São Paulo em propriedades em outros estados da Federação, constituindo um grande grupo de pressão contra a reforma agrária na Constituinte de 1988.

pasto, a cerveja só existe por conta do produtor de cevada” (idem, p. 4). Sua visão, basicamente fisiocrática, desconsidera todo o valor que é criado pelo trabalho e pela tecnologia ao longo de toda esta cadeia produtiva. Este discurso, no entanto, tinha por objetivo convencer seus corregilionários da importância de modificar a imagem deste segmento:

“O cuidado com a imagem do setor é fundamental, porque as políticas públicas num país democrático só são alteradas se a opinião pública concordar. Enquanto a opinião pública desprezar a agricultura, nada mudará” (*Agroanalysis*, abril 1999, p. 4)

Ambos dirigentes do patronato rural paulista falam da “opinião pública” como sendo o grande alvo da atuação deste grupo que então se articulava¹⁵. Além da imagem e da unidade do setor, o outro objetivo intensamente perseguido por Rodrigues era reunir pesquisadores para obter chancela científica para sua ideia do que seria a produção agropecuária no Brasil, ou seja, sua atuação sempre procurou ter bases científicas, agregando intelectuais para seu projeto, a partir, sobretudo dos que atuavam no PENSEA (Programa de Estudos Nacionais do Sistema de Agribusiness), da Faculdade de Economia da USP.

Outro aspecto importante da atuação de Rodrigues, visível na *Agroanalysis*, publicação vinculada à Fundação Getúlio Vargas, onde ele começou a atuar intensamente na segunda metade dos anos 90, é que o ex-ministro do governo do PT sempre foi contra as “invasões de propriedade”. Ou seja, a liderança deste setor economicamente e socialmente dominante e que havia se colocado contra as “invasões” de terra ascendeu ao poder na primeira gestão do PT na Presidência do Brasil. Embora afirmasse ser favorável à reforma agrária (Lerrer, 2003), Rodrigues condena o principal método utilizado pelos agentes desta luta no país, ao mesmo tempo em que desenvolve um discurso que foi eficaz ao impor as categorias de percepção da atividade que ele denomina de “agronegócio” como “base do desenvolvimento do país”, colaborando com o silenciamento da agenda da reforma agrária, a ponto de que nem as próprias

¹⁵ Esta informação se baseia na análise feita pela autora em dez anos da edição da Revista *Agroanalysis*, 1994 a 2004, como parte de suas atividades na pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, coordenada por Sergio Leite, Moacir Palmeira, Beatriz Heredia e Leonilde Medeiros, com apoio do CNPq e da Fundação Ford. Está reunida no relatório reunidos no relatório de pesquisa “Representações e concepções políticas em torno do agronegócio” 2009.

metas modestas, assumidas pelo Governo Lula no chamado II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) foram cumpridas.

Segundo cálculo realizado por Carter (2015), baseado nos dados do DATALUTA, em oito anos de governo (1995-2002) FHC assentou 100.681 famílias enquanto Lula assentou 72.122 famílias (2003-2010), sendo que o primeiro enfrentou renhida oposição do MST, e o segundo pode contar com este movimento social como parte de sua base de apoio, mesmo que criticamente e em momentos delicados como em 2005, quando estourou o escândalo do “mensalão” e, mais recentemente, a partir do golpe institucional que depôs a sucessora de Lula, presidente Dilma Rousseff em 2016. Os governos de Lula e Dilma também foram os que menos homologaram terras indígenas, como demonstra o quadro abaixo, elaborado pelo Instituto Socio Ambiental (ISA):

Terras Indígenas Homologadas		
Presidente [período]	Nº	Extensão (Ha)
Michel Temer [mai 2016 a abr 2018]	1	19.216
Dilma Rousseff [jan 2015 a mai 2016]	10	1.243.549
Dilma Rousseff [jan 2011 a dez 2014]	11	2.025.406
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2007 a dez 2010]	21	7.726.053
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2003 a dez 2006]	66	11.059.713
Fernando Henrique Cardoso [jan 1999 a dez 2002]	31	9.699.936
Fernando Henrique Cardoso [jan 1995 a dez 1998]	114	31.526.966
Itamar Franco [out 92 dez 94]	16	5.432.437
Fernando Collor [mar 90 set 92]	112	26.405.219
José Sarney [abr 85 mar 90]	67	14.370.486

Fonte: Povos Indígenas do Brasil/ISA,
[https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%A](https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%A4Dica_das_TIs_no_Brasil_hoje)
Dica_das_TIs_no_Brasil_hoje

Tabela 1

Por ser um grupo de interesse associado ao capital agrícola e a uma classe dominante, a articulação liderada por Rodrigues, agente detentor de grande capital social, político, cultural e econômico demonstrou estar em uma posição de poder privilegiada a ponto de determinar os rumos da política agrícola e, porque não dizer, agrária, quando o PT assumiu a presidência. É importante ressaltar que este grupo teve como principal liderança um quadro experiente com grande acúmulo de capitais. Além do capital político, por ter ocupado a presidência de importantes instituições do patronato rural, este agrônomo também transitava no campo intelectual e acadêmico. Ou seja, o poder deste grupo que Rodrigues representava frente ao governo do PT, que então se iniciava, foi derivado de uma relação de poder historicamente anterior ao fato

de ter começado a se organizar para promover ações coletivas e a unificar seu discurso. Ele já era um setor dirigente, detinha melhores condições de se tornar hegemônico antes mesmo de se tornar dominante ao assumir postos no Governo Federal e conseguiu fazer o PT implementar seu programa. Além de desacelerarem a realização de assentamentos e a propaganda política da reforma agrária, deram um substancial financiamento para a agricultura patronal que, entre as safras dos períodos 2003-2004 e 2012-2013, cresceu de R\$ 27,1 milhões para R\$ 115 milhões (Brasil, 2013). Este processo pode ser sintetizado em duas emblemáticas frases da maior liderança do PT. Se em meados da década de 90, Lula declarava que ao se tornar presidente iria “resolver o problema da reforma agrária com uma canetada”, em 2007, no auge da euforia com agrocombustíveis, para o então Presidente da República os usineiros estavam “virando heróis nacionais”¹⁶.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE JÚNIOR, José R.P.de. *Onde tem fumaça tem fogo*. São Paulo, Editora Fap-Unifesp, 2016

BASTOS, G.S. *Entre a evasão e permanência: percepções do Assentamento Francisco Julião*. 111 fls. (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

CARTER, M.(org.). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010 .

DELGADO, Guilherme.(*Do capital financeiro à economia do agronegócio*. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, ,(2012)

GAMEIRO, Mariana B.P. *O Fetiche da Mercadoria “Verde”: a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro*. Tese de Doutorado, Sociologia, UFSCar, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, B., VALADARES, A.A., SOUZA, M.G.P.,SILVA, R.P. O trabalho de Sísifo da reforma agrária: a estratégia da titulação das terras dos assentamentos rurais na Lei nº13.001, de 2014. In *Livro Brasil em Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014.pp.275-294

¹⁶ <http://oglobo.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207718>
Página vista em 18 de julho de 2016.

FRANCISCO, Ellen. *Da Colonização à Privatização de Terras Públicas - a contra-reforma de Rondônia*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde), Escola Politécnica Joaquin Venancio, Fiocruz, 2018.

MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 1989. v. 1. 215p .

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L. et al. *Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: ICCA/Nead, 2004

LERRER, D. *Reforma agrária: os caminhos do impasse*. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

LERRER, D. Representações e concepções políticas em torno do agronegócio. Relatório de Pesquisa, 2009.

LOERA, N. R. *A Espiral das Ocupações de Terra*. CERES, 2006.

RIBEIRO NETO, C. P. *A Concertação Política do Agronegócio*. 352fl. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2018.

SPAROVEK, Gerd et al. Who owns Brazilian lands? *Land Use Policy*, 87, p.1-3, 2019